

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

EMERSON DA SILVA FURTADO

CONTEÚDO INFORMACIONAL DO BALANÇO SOCIAL DAS MELHORES E
MAIORES EMPRESAS LISTADAS NA REVISTA EXAME - EDIÇÃO 2012

CURITIBA

2014

EMERSON DA SILVA FURTADO

CONTEÚDO INFORMACIONAL DO BALANÇO SOCIAL DAS MELHORES E
MAIORES EMPRESAS LISTADAS NA REVISTA EXAME – EDIÇÃO 2012

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Controladoria do Curso de Especialização em Controladoria do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Ilse Maria Beuren, Dra.

CURITIBA

2014

Dedico à minha amada esposa Lucilene e nosso
filho Cauê.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que permitiu que tudo acontecesse, por me mostrar o caminho da coragem, luz e determinação, e não somente neste desafio “pós-graduação”, mas que em todos os momentos. Agradeço a Ele por todas as vitórias.

À minha esposa Lucilene e meu filho Cauê, pessoas com as quais amo partilhar a vida. Obrigado pelo carinho, paciência e segurança, me dando certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

Aos meus pais, João e Leonilda, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceram e me ajudaram a chegar neste momento.

À minha irmã, Franciane, pelo incentivo e apoio constantes. Por sua capacidade de acreditar e incentivar para a conquista de mais uma batalha.

Aos amigos e companheiros de trabalhos, pela amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

À minha orientadora, Dra. Ilse Maria Beuren, pela presteza e atenção dedicadas às correções deste trabalho. Pela paciência nas orientações e serenidade nos momentos de ensinamento. É um prazer tê-la como orientadora.

A todos os professores do curso, por terem me proporcionado o conhecimento, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Há vitórias que são importantes apenas para aqueles que as conseguem”.

Nelson Mandela

RESUMO

As empresas conscientes das transformações que provocam, buscam encontrar a forma adequada para desenvolver ações em prol da sociedade. Para a divulgação dessas ações, um dos meios utilizados é o “Balanço Social”, responsável por demonstrar as ações sociais desenvolvidas pelas empresas, que atingem tanto o público interno como o externo. Posteriormente, tal demonstração passou por aperfeiçoamento e adequação às novas necessidades de verificação, foi quando surgiu o chamado Relatório de Sustentabilidade, que engloba os dados apresentados nos Balanços Sociais e as apresentações dos programas desenvolvidos pelas empresas. Em busca de um padrão, algumas instituições apresentam modelos pré-definidos, os mais representativos são o modelo de Balanço Social do Ibase e o Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos e da *Global Reporting Initiative* (GRI). Neste sentido, o objetivo geral do estudo é caracterizar o conteúdo informacional do Balanço Social das Melhores e Maiores empresas listadas na Revista Exame – Edição 2012. Para identificar os modelos utilizados na elaboração dos relatórios das 100 primeiras empresas da publicação Melhores e Maiores da Revista Exame, uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa foi desenvolvida, baseada em pesquisa bibliográfica e relatórios disponíveis em meios eletrônicos. Com o estudo concluiu-se que um percentual de 68% das empresas pesquisadas apresenta algum modelo de Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade.

Palavras-chave: Balanço Social. Relatório de Sustentabilidade. *Global Reporting Initiative* (GRI).

ABSTRACT

Companies aware of the transmutation induced by them, ordinarily seek an appropriate way to develop activities in society's behalf. Aiming to spread such actions, the "Social Balance" is normally utilized since it is accountable for demonstrating the consequences in the inside and outside population. Improving and adapting this mechanism to the new forms of examination, the "Sustainability Report" was reared, which encompasses the Social Balance's databases with the presentation of the programs begat by the companies. In order to follow a pattern, some institutions come up with some pre-defined templates such as Social Balance from Ibase and Sustainability Report from Ethos Institute and Global Reporting Initiative (GRI). On the whole, the aim of this project is to characterize the Social Balance's informational content of the biggest and best enterprises mentioned in *Exame* magazine – edition 2012. In order to identify the samples utilized to elaborate the reports about the first hundred companies in the magazine quoted, a descriptive research with qualitative approach was build based in a bibliographic research and databases available in electronic addresses. In sum, the percentage of 68% of the enterprises analysed own a prototype of Social Balance or/and a Sustainability Report.

Key words: Social Balance. Sustainability Report. Reporting Initiative (GRI).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ramificação da Ciência Contábil.....	23
Figura 2 – Quantidade por Nível de Aplicação do modelo da GRI.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios de responsabilidade social conforme a ABNT	21
Quadro 2 – Cronograma histórico do Balanço Social	24
Quadro 3 – Descrição dos campos de Balanço Social modelo Ibase	31
Quadro 4 – Descrição dos indicadores de Balanço Social modelo Ethos	32
Quadro 5 – Estrutura de Relatório de Sustentabilidade da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI 3)	34
Quadro 6 – Construto da pesquisa	40
Quadro 7 – Estrutura básica do Relatório de Sustentabilidade da GRI.....	44
Quadro 8 – Critérios para os Níveis de Aplicação da <i>Global Reporting Initiative</i>	45
Quadro 9 – Empresas que elaboram o Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
GESET	Gerência de Estudos Setoriais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL	19
2.1.1 Conceituação de responsabilidade social	19
2.1.2 Princípios de responsabilidade social	20
2.2 BALANÇO SOCIAL	21
2.2.1 Conceito de Balanço Social	22
2.2.2 Cronograma do Balanço Social	24
2.2.3 Origem do Balanço Social no Mundo	27
2.2.4 Origem do Balanço Social no Brasil	28
2.2.5 Modelos de Balanço Social	29
2.2.5.1 Modelo Ibase	30
2.2.5.2 Modelo Ethos	31
2.2.5.3 Modelo GRI	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	38
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	38
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	39
3.3 CONSTRUTO DA PESQUISA	39
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	40
3.5 FORMA DE ANÁLISE DE DADOS.....	40
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	41
4.1 AS EMPRESAS DENTRE AS MELHORES E MAIORES LISTADAS NA REVISTA EXAME – EDIÇÃO 2012 QUE APRESENTAM BALANÇO SOCIAL	41
4.2 TEMAS ABORDADOS NO BALANÇO SOCIAL PUBLICADO	42
4.3 MODELO ESTRUTURAL DO BALANÇO SOCIAL PUBLICADO	43

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	49
5.1 CONCLUSÕES	49
5.2 RECOMENDAÇÕES	50
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS	54
APÊNDICES	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência das empresas está baseada na sustentação de um alicerce para atingir dois propósitos principais: a continuidade e o lucro. De acordo com o art. 5º da Resolução nº 750/93 do CFC, alterada pela Resolução 1.282/10 do CFC (CFC, 1993. p. 3), “o Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

O lucro é o retorno positivo de um investimento feito por uma pessoa física ou jurídica nos negócios. É a recompensa pelo risco que o investidor assume ao iniciar um empreendimento.

Atualmente, observa-se uma tendência à concentração da participação em poder de grandes grupos empresariais. Essas movimentações mercadológicas e os incentivos governamentais tem resultado em vultoso crescimento das receitas e aumento dos resultados finais das empresas.

Em descompasso aos resultados (lucros) apresentados pelas empresas, o plano social vem apresentando um nível de deficiência preocupante.

Os governos demonstram uma incapacidade de sozinhos reverterem o quadro dos problemas socioambientais, tais como: aquecimento global, desmatamento, poluição de rios e lagos, entre outros efeitos. Porém esses efeitos, que as empresas causam no meio em que estão inseridas, não exclusivamente negativos, em consonância com o crescimento financeiro, geram benefícios, tais como, emprego e renda, entre outros, impulsionando a região.

Aos poucos, a conscientização e o esclarecimento da sociedade sobre o assunto aumentam, gerando discussões sobre a responsabilidade social dos governos e, cada vez mais, cobrando-a das empresas privadas.

Nas organizações empresariais, a apuração dos resultados contábeis é realizada com a assistência de sistemas contábeis integrados. As informações são registradas, processadas e em seguida é efetuada a apuração do resultado,

apontando resultados positivos (lucro) ou negativos (prejuízo).

Para a apuração de resultados, a estrutura do sistema contábil vigente no Brasil registra a geração de informações de ordem econômica, financeira, fiscal e patrimonial. Muitas das informações geradas atentam ao cumprimento de obrigações tributárias e fiscais com o poder público em consenso com os interesses dos *stakeholders*.

O desenvolvimento social e humano requer da contabilidade a criação de métodos de apresentação e acompanhamento dos resultados sociais das empresas. Para se adaptar, a contabilidade ampliou seu campo de atuação, criando novos demonstrativos, com vistas à atender as necessidades dos novos usuários.

Um dos principais demonstrativos originados para atender esses novos usuários é o Balanço Social, conhecido também como Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de Responsabilidade Social, cuja intenção é divulgar as informações sociais e ecológicas, que refletem as mutações patrimoniais causadas pelas empresas na sociedade na qual está inserida.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

O quesito responsabilidade social tornou-se recorrente nas discussões entre governo, empresas e a sociedade. As empresas são cada vez mais cobradas socialmente. Uma das formas de cobrança é a divulgação por meio de demonstrações específicas, com vistas à atender o clamor popular veiculado pelos meios de comunicação recentemente.

Para Souza, Kuhl e Pacheco (2010, p. 100), “o indivíduo enquanto pessoa jurídica, é que realmente pode ser responsabilizado, já que são as empresas que mais interagem com o meio em que estão inseridas, e também são as que mais podem fazer frente a essas responsabilidades”.

As empresas podem ser assim caracterizadas devido ao poder financeiro demonstrado pelo retorno do investimento realizado. Inúmeras empresas estabelecidas em determinada região não serão responsáveis somente pela geração de emprego direto e indireto, mas comporão o ciclo de aumento da renda

populacional, contribuindo, assim, para o giro econômico dessa região.

Porém, para fazer frente ao aumento do consumo advindo da elevação da renda populacional, essas empresas necessitarão explorar recursos naturais e/ou comprar mercadorias originárias de recursos oferecidos pela região onde estão sediadas. Essa exploração gera impactos ambientais e sociais cada vez mais contestados pela população, visto a falta de demonstração dos impactos e benefícios produzidos pelo exercício da industrialização.

Torna-se necessário que as empresas apresentem à população as alterações causadas pela empresa no meio social em que desenvolve suas atividades. Um dos meios utilizados para a prestação de contas sobre as informações de caráter social é o Balanço Social.

Para a Gerência de Estudos Setoriais (GESET) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Balanço Social é:

[...] o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários, ao governo e às comunidades com que interagem, direta e indiretamente.

Diante da situação apresentada, esse estudo busca abordar o tema com foco na averiguação das técnicas aplicadas na elaboração do Balanço Social das empresas. Portanto, o problema de pesquisa da presente investigação é: **Qual o conteúdo informacional do Balanço Social das Melhores e Maiores empresas listadas na Revista Exame – Edição 2012?**

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em geral e específicos, conforme discriminados a seguir.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do estudo é caracterizar o conteúdo informacional do Balanço Social das Melhores e Maiores empresas listadas na Revista Exame – Edição 2012.

1.3.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral elaboraram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar dentre as Melhores e Maiores empresas listadas na Revista Exame – Edição 2012 as que publicaram o Balanço Social;
- b) Verificar os temas abordados no Balanço Social publicado pelas empresas;
- c) Averiguar a disposição dos dados no Balanço Social publicado pelas empresas; e
- d) Analisar o modelo estrutural do Balanço Social publicado por essas empresas.

1.4 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento tecnológico e mercantil apresentado pelo mercado tornou evidente o papel das empresas no quesito responsabilidade social. Cada vez mais as empresas estão envolvidas no conceito social, que abrange o entorno do local de atuação. Lana, Bernardo, Nazareth e Mendonça (2011, p. 312) ressaltam que:

No Brasil, o termo responsabilidade social ganhou visibilidade na mídia no final da década de 1990, quando também começou a ser incorporado no vocabulário corporativo no país. Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em parceria com outras organizações, lançou uma campanha para a divulgação anual do relatório de responsabilidade social, o balanço social. Desde então, têm surgido diversas iniciativas com o intuito de estimular as empresas na adoção dos preceitos da responsabilidade social.

A constatação da incapacidade do Estado em suprir necessidades de responsabilidade socioambiental, tem gerado um clamor da sociedade para que as empresas se envolvam com a sociedade interna, representada pelos funcionários e dependentes, e sociedade externa, representada pela vizinhança que a cerca. Após sofrer com as mutações causadas no patrimônio comum da empresa e da sociedade, esta começa a exigir melhorias, acompanhando e auditando os movimentos da empresa por meio de demonstrações relacionadas ao tema.

De Luca (1998, p. 23) salienta que:

[...] as questões sociais decorrentes das atividades das empresas passaram a ser questionadas por volta da década de 60. Foi nos Estados Unidos que se questionou pela primeira vez a questão da responsabilidade social das empresas. A guerra do Vietnã, a utilização de armamentos sofisticados prejudicando o homem e o meio ambiente e a discriminação de raça e sexo no emprego fizeram com que a população debatesse mais abertamente a questão da posição das empresas perante a sociedade e exigisse uma posição mais ética.

A contabilidade, como meio de comunicação, vem se adaptando aos novos anseios e necessidades da sociedade. Uma das formas para apresentar um relatório com informações de caráter socioambiental foi o Balanço Social. Este, em suma, é a demonstração social que evidencia as informações econômico-financeiras e sociais da empresa resultantes da relação empresa sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase, 2003), o Balanço Social é:

[...] um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Sobre o seu conteúdo, De Luca (1998, p. 23) menciona que:

[...] as principais informações apresentadas no balanço social são as seguintes: evolução do emprego, relações profissionais, formação profissional, treinamentos, condições de higiene e segurança, outras condições de vida dependentes da empresa, tais como alojamento e transporte, proteção ao meio ambiente, utilização de riqueza da empresa etc.

O Balanço Social é um instrumento útil à gestão da responsabilidade social. Segundo Souza (2004), em mensagem publicada no site do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase), “a idéia do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade”.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho constitui-se de cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução do estudo, com destaque à contextualização do tema, o problema da pesquisa, os objetivos, a justificativa do estudo e a organização do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica. Inicia-se com a

Responsabilidade Social, com destaque à conceituação e aos princípios. Na sequência aborda-se sobre o Balanço Social, com ênfase na sua conceituação, cronograma de surgimento, origem do Balanço Social no mundo e no Brasil e modelos de Balanço Social existentes no Brasil.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa. Inicia com a apresentação o delineamento da pesquisa. Em seguida, define a população e amostra, construto da pesquisa, procedimentos de coleta de dados e a forma de análise dos resultados.

No quarto capítulo foram alinhadas a descrição e análise dos resultados. O capítulo foi dividido em quatro subtítulos, na seguinte ordem: as empresas dentre as Melhores e Maiores listadas na Revista Exame – Edição 2012 que apresentam Balanço Social; temas abordados no Balanço Social publicado e modelo estrutural do Balanço Social publicado.

No capítulo final evidenciam-se as conclusões e recomendações. Neste capítulo foram evidenciadas as conclusões realizadas com base nos dados levantados e compilados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão de literatura para fundamentar a análise dos resultados da pesquisa. Inicia-se com uma abordagem sobre responsabilidade social. Em seguida, faz-se uma incursão teórica na estrutura e elementos do balanço social.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com Massucatti (2001 *apud* WISSMANN, 2007, p. 39), as empresas passaram por três fases de gestão. A primeira tinha uma visão monossocial, na qual o pensamento visava somente o interesse do investidor. Num segundo momento, veio a fase bissocial, em que a visão destinava-se para o investidor e para os empregados, ambas de caráter interno. A terceira, conhecida como visão multissocial, ocorre quando as empresas estão preocupadas com o investidor, com os empregados e com a sociedade em que estão inseridas.

A responsabilidade social tem como foco a organização e refere-se às responsabilidades da organização com a sociedade e o meio ambiente. O termo responsabilidade social tornou-se amplamente usado no início da década de 1970, embora tenha indícios de que os aspectos da responsabilidade social já foram objeto da ação de organizações e governos desde o final do século XIX. No passado, a atenção à responsabilidade social foi primeiramente focada nos negócios.

2.1.1 Conceituação de responsabilidade social

Conforme Ashley (2003, p. 6 *apud* ARAGÃO, 2010, p. 15), responsabilidade social é definida como:

Compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume

obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas às suas atividades, mas que possam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Segundo Mariano (2000, p. 28 *apud* WISSMANN, 2007, p. 44), responsabilidade social “[...] representa, essencialmente, o compromisso da administração em estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir rumos de ação que são importantes em termos de valores e objetivos da sociedade”.

O conceito de responsabilidade social, conforme Guimarães (1984, p. 215 *apud* WISSMANN, 2007, p. 44),

[...] se vincula à ideia de que as empresas, como os indivíduos, devem ser responsabilizadas por todas as consequências decorrentes de atitudes tomadas. Por isso, antes de adotar qualquer política, será fundamental uma análise profunda de todos os elementos envolvidos.

Os elementos da responsabilidade social refletem as expectativas da sociedade em um momento específico, sendo, portanto, passíveis de mudança. Conforme as preocupações da sociedade mudam, suas expectativas em relação às organizações também mudam para refletir essas preocupações.

A noção inicial da responsabilidade social era centrada em atividades filantrópicas, sob forma de doações para instituições beneficentes. Conforme as preocupações e expectativas foram se alterando, novos temas tomaram relevância nos estudos de responsabilidade social, tais como: práticas de trabalho e práticas legais de operação, direitos humanos, meio ambiente, defesa do consumidor e combate à fraude e à corrupção.

2.1.2 Princípios de responsabilidade social

Conforme a Norma ABNT NBR ISO 26000 (2010, p. 10), “convém que as organizações pautem seu comportamento em normas, diretrizes ou regras de conduta que estejam em conformidade com os princípios aceitos de uma conduta moral e corretos no contexto de situações específicas”.

Com a publicação da Norma ABNT NBR ISO 26000:2010, foi convencionada uma lista primária de sete princípios de responsabilidade social, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Princípios de responsabilidade social conforme a ABNT

Princípios	Descrição
<i>Accountability</i>	Convém que uma organização preste contas e se responsabilize por impactos de suas decisões e atividades na sociedade, no meio ambiente e na economia, especialmente conseqüências negativas significativas e medidas tomadas para evitar a repetição de impactos negativos não intencionais ou imprevistos.
Transparência	A organização deve ser transparente em a relação a propósito, natureza e localização de suas atividades, padrões e critérios usados para avaliar seu próprio desempenho em relação à responsabilidade social, impactos conhecidos e prováveis de suas decisões e atividades para suas partes interessadas, na sociedade, na economia e no meio ambiente, entre outros tópicos relevantes.
Comportamento ético	Convém à organização manter o senso de comportamento ético por meio de identificação e declaração de seus valores e princípios fundamentais, estímulo e promoção da observância de seus padrões de comportamento ético, criação e manutenção de mecanismos para facilitar a denuncia de comportamento antiético.
Respeito pelos interesses das partes interessadas	A organização compete identificar as partes interessadas, reconhecer que algumas partes interessadas podem afetar significativamente as atividades da organização.
Respeito pelo estado de direito	Convém que a organização cumpra requisitos legais em todas as jurisdições em que opera, mesmo que essas leis e regulamentos não sejam fiscalizados, avalie periodicamente sua conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.
Respeito pelas normas internacionais de comportamento	Convém que uma organização respeite as normas internacionais de comportamento, ao mesmo tempo em que adere ao princípio de respeito pelo estado de direito.
Respeito pelos direitos humanos	A organização respeite e promova os direitos previstos na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Fonte: Diretrizes sobre responsabilidade social da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2010, p. 10).

Conforme a Norma ABNT NBR ISO 26000 (2010, p. 10), para aplicação de Normas e Procedimentos,

[...] é aconselhável que a organização leve em consideração as diversidades sociais, ambientais, jurídicas, culturais, políticas e organizacionais, assim como as diferentes condições econômicas, mantendo a consistência com as normas internacionais de comportamento.

2.2 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social, enquanto instrumento de prestação de contas, é um instrumento que utiliza dados levantados pela contabilidade, advindos da Contabilidade Social. Nesta seção apresenta-se a conceituação, origem e modelos de Balanço Social.

2.2.1 Conceito de Balanço Social

Apesar do fundamento social a cerca da contabilidade, todos os registros ocorrem pelo método quantitativo, pois demonstram o valor do patrimônio da empresa. Kroetz (2000, p. 21) cita que:

[...] a contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo como objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, a análise, a avaliação, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado/presente/futuro.

As transformações e/ou mutações econômicas ocorridas nos agentes econômicos, em particular as empresas, são avaliados, registrados e demonstrados pela contabilidade, e as relações entre empresa e sociedade constituem o ponto fundamental da contabilidade sob o enfoque social.

A contabilidade abrange diversas áreas, Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Financeira, Contabilidade Fiscal. Entre elas cita-se a Contabilidade Social, que segundo Rossetti (1995, p. 18) é definida como:

[...] uma técnica, similar as dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificam, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país.

Na Figura 1 demonstram-se as ramificações da Ciência Contábil, dando destaque à Contabilidade Social, que tem como papel principal a mensuração das mutações causadas pelas empresas no ambiente onde está inserida.

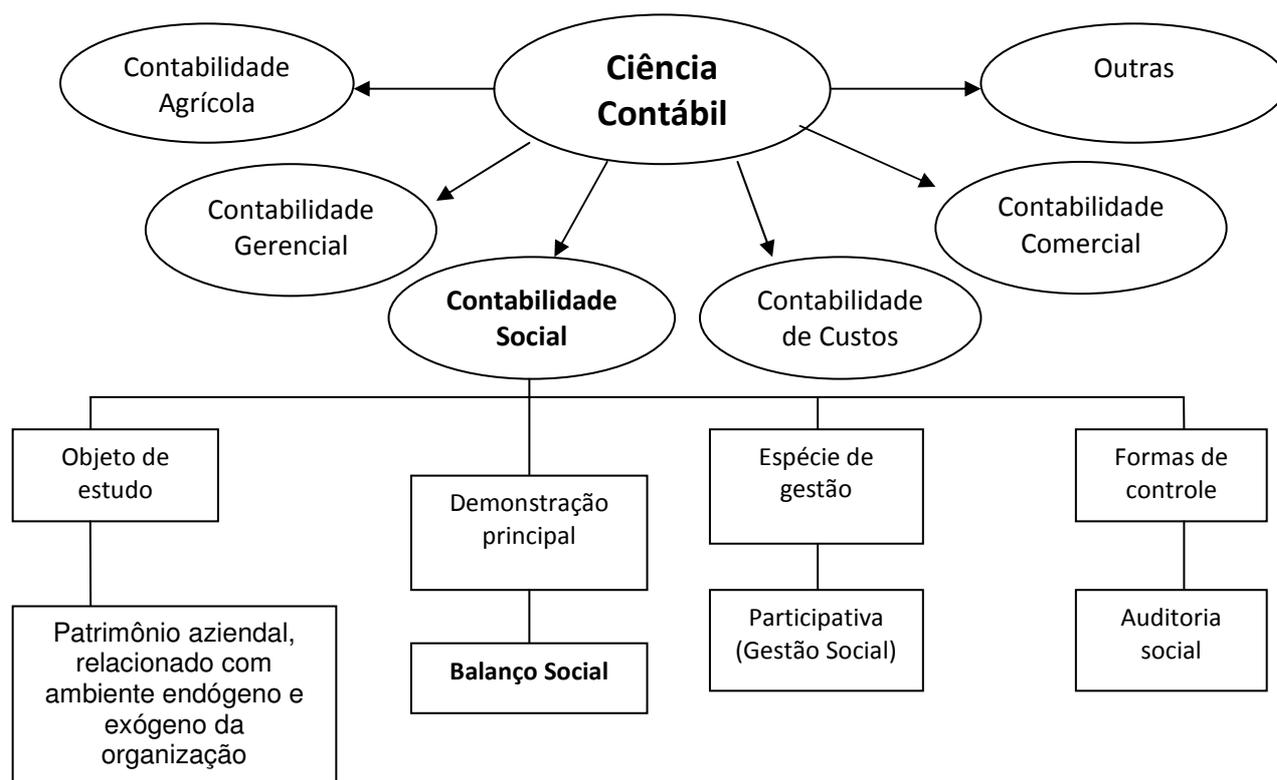


Figura 1 - Ramificação da Ciência Contábil

Fonte: Kroetz (2000, p. 52).

As demonstrações apresentadas pela contabilidade têm enfoque no desempenho financeiro-econômico, não possibilitando aos usuários a análise dos indicadores sociais. Torna-se necessário que as empresas apresentem ao usuário contábil as alterações causadas pela empresa no meio social em que estão inseridas. Um dos meios utilizados e, ainda, em fase de aprimoramento estrutural, é o chamado Balço Social.

Tinoco (1984, p. 108 *apud* DE LUCA, 1998, p. 23) explica que:

[...] o Balço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa se reportar, de forma mais transparente possível, vale dizer, com evidenciação plena – *full disclosure* –, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários os trabalhadores.

Para Lopes de Sá (1995, p. 54 *apud* KROETZ, 2000, p. 55), “o Balço Social representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”.

O Balço Social para o Instituto Ethos (2007, p. 9) é “[...] um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da

empresa. Ele amplia seu diálogo com os públicos com os quais a empresa se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro”.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Balanço Social é:

[...] o instrumento que possibilita à sociedade ter conhecimento dessas ações empresariais. Esse conhecimento se processa mediante a divulgação de um conjunto de informações relevantes, normalmente agrupadas em indicadores (como exemplo, indicadores laborais, sociais e do corpo funcional) que evidenciam, dentre outros, os gastos e investimentos feitos em benefício dos empregados e em benefício da comunidade. O Balanço Social, na sua definição mais ampla, inclui, ainda, informações sobre o meio-ambiente e sobre a formação e distribuição da riqueza gerada pelas empresas (valor adicionado) e, quando apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras tradicionais, é efetivamente o instrumento mais eficaz e completo de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

A publicação do Balanço Social traz ganhos à empresa no campo do marketing social. Isso se constitui na gestão estratégica das transformações e mudanças sociais enfrentadas pela sociedade no entorno em que está situada a empresa.

2.2.2 Cronograma do Balanço Social

O cronograma do surgimento do Balanço Social se confunde com o cronograma da responsabilidade social, pois este surgiu devido à necessidade da sociedade em obter resposta à transformação social ocasionado no local onde a empresa se encontra instalada. Porém, para melhor análise e compreensão dos efeitos causados pelas transformações, houve a necessidade de elaborar um modelo de apresentação à sociedade, a demonstração criada foi o Balanço Social.

O quesito social incorporou a agenda das empresas seguindo um cronograma apresentado no Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007, publicado pelo Instituto Ethos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Cronograma histórico do Balanço Social

ANO	ATIVIDADES
1919	A Constituição de Weimar (Alemanha), inaugura a idéia de "função social da propriedade".
1960	Nos EUA, surgem movimentos pela responsabilidade social.
1965	A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) lança no Brasil a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas".

1972	Com a Resolução 1721 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciam-se estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e sua interferência nas relações internacionais e discute-se a criação de um código de conduta dirigido às empresas transnacionais.
	A empresa Singer publica o que foi reconhecido como o primeiro balanço social no mundo.
1972	Nos EUA, Europa e América Latina, diversos estudos sugerem modelos de balanço social.
1972	É publicada a obra <i>Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Socioeconômica</i> , de Alberto Almada Rodrigues.
1976	A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e a ADCE estudam o tema da responsabilidade social.
1977	Na França, a Lei nº. 77.769/77 determina a publicação do balanço social (<i>bilan social</i>), voltado para relações de trabalho.
1978	A Fides apresenta uma proposta de balanço social.
1980	A Fides organiza o Seminário Internacional sobre Balanço Social e lança o livro <i>Balanço Social na América Latina</i> .
1981	É fundado o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).
1984	A Nitrofértil elaborou o primeiro balanço social no Brasil.
1985	Em Portugal, a Lei nº. 141/85 torna obrigatória a apresentação de balanço social por empresas com mais de 100 empregados.
1986 1994	Um grupo internacional criado por lideranças econômicas da Europa, Estados Unidos e Japão, denominado <i>The Caux Round Table</i> (Mesa-Redonda de Caux), desenvolve e dissemina princípios éticos para negócios - <i>The Caux Round Table: Principles for Business</i> .
1988 1993	É elaborada a Declaração Interfaith, código de ética sobre o comércio internacional para cristãos, muçulmanos e judeus.
1990	Nos EUA, o Domini 400 Social Index não admite participação de empresas envolvidas com tabaco, álcool, jogo, armas e geração de energia nuclear.
1992	A II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, gera a Agenda 21, documento que traduzo compromisso das nações com a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século.
	É criada, em decorrência da Eco-92, a norma ISO 14000, que estabelece diretrizes para a gestão ambiental.
	A Fundação Getulio Vargas (FGV) cria o Centro de Estudos de Ética nas Organizações (CENE).
1996	É fundado o <i>Institute of Social and Ethical Accountability</i> (Isea), com o objetivo de promover inovações em prestação de contas (<i>accountability</i>), como forma de estimular o avanço de práticas de responsabilidade social empresarial, assim como uma maior transparência por parte de organizações públicas e da sociedade civil.
	Lei na Dinamarca exige que algumas empresas cotadas na bolsa de valores publiquem balanço ambiental, verificado por auditores externos.
1997	É fundada a <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI), movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios ambientais, econômicos e sociais publicados pelas empresas.
	A <i>Social Accountability Internacional</i> (SAI) cria a SA8000, norma de certificação voltada para condições de trabalho.
	Projeto de Lei nº. 3.116/97, representado como PL nº. 32/99, pretende estabelecer a obrigatoriedade de apresentação do balanço social por entidades públicas e empresas.
	Herbert de Souza (Betinho) e o Ibase promovem eventos, propõem um modelo de balanço social e incentivam sua publicação.
	Diversas leis municipais e estaduais incentivam a publicação do balanço social das empresas.

1998	É fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
	Em Porto Alegre, a lei municipal nº 8.116/98 cria um modelo de balanço social para as empresas estabelecidas no município.
1999	É realizada a 1ª Conferência Nacional do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
	O Isea lança a norma AA1000.
	Na Holanda, uma lei determina que empresas que pertençam a determinados setores de risco devem publicar um relatório ambiental.
	A Câmara Municipal de São Paulo lança o selo "Empresa Cidadã", a fim de premiar empresas com balanços sociais de qualidade.
2000	É criada nos EUA o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DSJI - Índice de Sustentabilidade Dow Jones), primeiro índice a avaliar o desempenho das empresas líderes em sustentabilidade.
	A ONU promove o <i>Global Compact</i> (Pacto Global), que implementa dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.
	São publicadas as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI.
2001	É lançada a primeira versão dos indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.
	O Instituto Ethos lança o Guia de Elaboração de Relatório Anual de Responsabilidade Social Empresarial.
2002	A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), o Instituto Ethos, a Fides e o Ibase promovem a primeira edição do Prêmio Balanço Social.
	É lançada uma nova versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI.
	Na França, uma lei exige que empresas cotadas em bolsa incluam "as conseqüências sociais e ambientais" em seus relatórios anuais.
2003	O Isea lança a AA1000 Series, incluindo a <i>AA1000 Assurance Standard</i> , padrão de verificação de relatórios de sustentabilidade.
	A FGV funda o Centro de Estudos em Sustentabilidade (Gvces).
2004	É oficialmente lançada no Brasil a versão em português das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI.
	A <i>International Organization for Standardization</i> (ISO) decide pela criação da norma ISO de responsabilidade social - ISO 26000. O grupo de trabalho para elaboração da norma é copresidido pelo Brasil, por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e pela Suécia, por meio do <i>Swedish Standards Institute</i> (SIS).
	A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cria a Norma Brasileira de Responsabilidade Social (ABNT NBR 16001).
2005	É lançado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na Bovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa.
2006	A GRI promove eventos de estímulo à consulta pública de sua nova versão - a G3. Dois deles são realizados no Brasil.
	É lançada em outubro a terceira geração das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI. A versão em português é lançada em dezembro, com apoio de Aberje, Gvces e Instituto Ethos.

Fonte: Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007 (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 9).

2.2.3 Origem do Balanço Social no Mundo

Conforme o cronograma apresentado pelo Instituto Ethos, os primeiros indícios da ideia social surgiram na Constituição alemã em 1919. Após uma lacuna temporal de, aproximadamente, 40 anos surgem movimentos pela Responsabilidade Social nos EUA.

O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase, 2003) cita que:

A ideia de responsabilidade social das empresas popularizou-se, nos anos 70, na Europa. E foi a partir desta ideia, que em 1971 a companhia alemã STEAG produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços sociais, propriamente dito, aconteceu na França em 72: foi o ano em que a empresa SINGER fez o, assim chamado, primeiro Balanço Social da história das empresas.

Legalmente, a iniciativa mais contundente e de forte expressão mundial, foi a publicação da Lei nº. 77.769/77 na França, promulgada no governo de Valéry Giscard d'Estaing, determinando e obrigando a elaboração e divulgação do balanço social, denominado *Bilan Social de l'entreprise* (Cunha e Ribeiro, 2007, p. 140).

De acordo com o Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade (2007, p. 12), podem-se elencar outros fatos no tocante ao Balanço Social:

- a) Em 1972 a empresa Singer publica o primeiro Balanço Social;
- b) Em 1985 em Portugal é promulgada a lei nº. 141/85 tornando obrigatória a apresentação de Balanço Social por empresas com mais de 100 empregados;
- c) Em 1996, lei na Dinamarca exige que algumas empresas cotadas na bolsa de valores publiquem balanço ambiental, verificado por auditores externos;
- d) Em 1999, na Holanda uma lei determina que empresas que pertençam a determinados setores de risco devem publicar um relatório ambiental, e
- e) Em 2002, na França, uma lei exige que empresas cotadas em bolsa incluam “as consequências sociais e ambientais” em seus relatórios anuais.

Diante do breve levantamento apresentado, destaca-se o ritmo cadenciado e

continuo apresentado pelas aspirações por publicações e controles do Balanço Social. Em alguns fatos da história, a apresentação do Balanço Social aparece na forma de outros demonstrativos. A forma mais abrangente encontrada na literatura para a apresentação do Balanço Social foi o ancorado em obrigações legais.

2.2.4 Origem do Balanço Social no Brasil

Conforme Torres e Mansur (2008, p. 16), desde:

[...] o início do século XX registram-se manifestações a favor de ações sociais por parte de empresas [...]

[...] No Brasil, os eventos dessa mudança de mentalidade empresarial são notados na “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) e, no fim da década de 1970, percebeu-se as primeiras sementes da discussão sobre a ação social de empresas e a utilização de balanço social. Era um momento da história brasileira, em plena ditadura militar, em que falar sobre transparência e participação suscitava mais medo e rejeição do que adesões no meio empresarial.

Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), constituído pela ADCE, com o objetivo de promover, divulgar e contribuir com empresas nas questões sociais chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início da década de 1990 algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

O balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, realizado em 1984, é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero, que assume o nome de Balanço Social. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década. O Banespa publicou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em Balanço Social no Brasil.

A década de 1990 marcou o período do surgimento e da consolidação de diversas organizações que se institucionalizaram para promover o tema da responsabilidade social empresarial. Foi quando o amadurecimento da idéia de “responsabilidade social das empresas” e da necessidade de realização e publicação de balanço social anual na cultura das organizações empresariais brasileiras sofreu diversas influências nacionais e internacionais.

Entre os principais fatores que contribuíram para sua consolidação estão: a pressão por parte das agências internacionais; as campanhas de varias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988 – que representou um grande avanço tanto em questões sociais como ambientais; o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio cultural realizados por grandes empresas multinacionais; e por último, mas não menos importante, a atuação de grandes empresas públicas nacionais.

Nessa época, houve, também, uma conjunção de interesses pessoais de alguns empresários, Estado e sociedade em virtude da crescente cobrança

por parte da sociedade civil organizada e de grandes investidores e fornecedores, que buscavam novas práticas corporativas globais. Há uma grande disputa por novos modelos de desenvolvimento, produção e consumo; pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado.

Como resposta, diversas empresas passaram a divulgar seus chamados relatórios ou balanços sociais anuais – alguns contendo descrições puramente meritórias sobre as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e em relação aos funcionários e às funcionárias. Inicialmente, os relatórios aparecem sob a forma de documentos internos e, em segundo momento, são divulgados nos meios de comunicação e na própria publicidade corporativa.

Alguns autores atribuem o surgimento do Balanço Social a um demonstrativo obrigatório anualmente apresentado pelas empresas, a RAIS. Essas considerações são reforçadas por Cunha e Ribeiro (2007, p. 142), quando afirmam que:

Há quem atribua à RAIS, Relação Anual de informações Sociais, o papel de balanço social. Ela foi instituída pelo Decreto-Lei 76.900/75, na primeira modalidade de relatório, com destaque para aspectos sociais e de recursos humanos, e destinada a suprir necessidades de controle, estatística e de informações das entidades governamentais da área social, além de atender ao pagamento do abono salarial dos trabalhadores que fazem jus a esse benefício, instituído pela Lei número 7.998/90. Comparativamente ao balanço social francês, o relatório brasileiro é mais antigo; todavia contém informações inferiores a ele, tanto qualitativa quanto quantitativamente, não exerce a função de balanço social, e principalmente não é divulgado para a sociedade.

O amadurecimento do Balanço Social no Brasil passa por uma fase de amadurecimento. Diferentemente de alguns países europeus, o Brasil não conta com a obrigatoriedade imposta por lei na geração do Balanço Social. O que pode ser analisado é o empenho de organizações não governamentais com um quadro de sócios composto, geralmente, por empresas de expressão no mercado, sendo essas as responsáveis pela publicação de Relatórios de Sustentabilidade, os quais incorporam o Balanço Social.

2.2.5 Modelos de Balanço Social

Para evidenciar as práticas ambientais, a transparência nas atividades, o envolvimento e a preocupação com a sociedade, as empresas podem se utilizar de relatórios de sustentabilidade (BEUREN; DOMENICO; CORDEIRO, 2013).

No que concerne aos modelos de Balanço Social apresentados na literatura, destaca-se neste estudo o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e

Econômicas (Ibase), o modelo do Instituto Ethos, de origem nacional, e o modelo da *Global Reporting Initiative (GRI)*, de origem internacional.

A seguir são apresentados dados para a composição dos Balanços Sociais, enquadrados nos modelos acima descritos.

2.2.5.1 Modelo Ibase

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase,2003),

Desde 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando à atenção empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

A ideia de uma fácil iniciação e popularização do Balanço Social fortalece a defesa da utilização de modelo simplificado e padrão. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) (2003) ratifica que:

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independente do tamanho e setor.

Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos. A predominância de dados que possam ser expressos em valores financeiros ou de forma quantitativa é fundamental para enriquecer este tipo de demonstrativo. É claro que nem sempre correlacionar fatores financeiros com fatos sociais é uma tarefa fácil, porém, os indicadores desenvolvidos do modelo Ibase ajudam às análises comparativas da própria empresa ao longo do tempo ou entre outras do mesmo setor. No modelo sugerido pelo Ibase, a sociedade e o mercado são os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados.

O modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é composto por sete campos, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição dos campos de Balanço Social modelo Ibase

Campo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Apresentação de Receita Líquida, Operacional e Folha de Pagamento Bruta.
2	Indicadores sociais internos	Apresentam dados relativos a gastos com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros e resultados e outros benefícios diversos.
3	Indicadores sociais externos	Apresentam dados como educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar e outros.
4	Indicadores ambientais	Apresentam dados relativos a investimentos relacionados com a produção/operação da empresa e investimentos em programas e/ou projetos externos.
5	Indicadores do corpo funcional	Dados referentes ao número de empregados ao final do período, de admissões durante o período, de empregados terceirizados, de estagiários, de empregados acima de 45 anos, de mulheres que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por mulheres, número de negros(as) que trabalham na empresa, % de cargos de chefia ocupados por negros(as) e número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais.
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Apresentam dados como relação entre maior e a menor remuneração, número total de acidentes de trabalho, os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa, padrões de segurança, liberdade sindical, DVA entre outros.
7	Outras informações	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

Fonte: instituto Ethos (2007, p. 20).

Em comparação a outros modelos utilizados na publicação de Balanço Social, o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Anexo A, propõe de forma direta, objetiva e concisa a elaboração do relatório, tentando, de modo padrão, organizar os dados apresentados pelas empresas.

2.2.5.2 Modelo Ethos

O documento emitido pelo Instituto Ethos (2007, p. 7) ressalta que:

Desde 2001, o Instituto Ethos também vem produzindo e atualizando seu guia de orientação para a elaboração de balanço social. Todos visam definir as informações mínimas que devem ser publicadas para dar transparência às atividades da empresa. Outros documentos apresentam um formato definido, em geral, pela área de comunicação da companhia, e não contêm as informações exigidas por nenhum dos modelos-padrão.

Um dos meios de apresentação ao público do modelo proposto pelo Instituto Ethos é por meio da publicação do Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007.

O modelo Ethos de Balanço Social se apresenta como uma forma alternativa

para elaboração do demonstrativo, mediando informação dos modelos do Ibase e GRI. Há um Incremento no padrão Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, do Instituto Ethos (2007, p. 24), reforça que:

Grande parte dos temas propostos pelo Ibase em seus indicadores de balanço social são abordados pelos indicadores Ethos. O uso conjunto de ambas as ferramentas pode permitir à empresa um retrato mais abrangente de suas práticas, bem como auxiliá-la no reconhecimento de políticas e mecanismos que possam ser criados ou aperfeiçoados para que determinada ação de responsabilidade social avance.

Já em relação ao modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), o objetivo é facilitar a elaboração e preenchimento. No Quadro 4 expõe-se a estrutura de Balanço Social proposta pelo Instituto Ethos.

Quadro 4 – Descrição dos indicadores de Balanço Social modelo Ethos

PARTE 1	APRESENTAÇÃO	1. Mensagem do Presidente						
		2. Perfil do Empreendimento						
		3. Setor da Economia						
PARTE 2	A EMPRESA	4. Histórico						
		5. Missão e Visão						
		6. Princípios e Valores						
		7. Estrutura e Funcionamento						
		8. Governança Corporativa						
PARTE 3	ATIVIDADE EMPRESARIAL	9. Diálogo com Partes Interessadas				10.1 Indicadores de desempenho econômico 10.2 Indicadores de desempenho social I - Diálogo e Participação II - Fornecedores III - Consumidores e Clientes IV - Comunidade V - Governo e Sociedade VI - Indicadores de Desempenho Ambiental		
		10. Indicadores de Desempenho						
PARTE 4	ANEXOS	11. Demonstrativo do Balanço Social modelo Ibase						
		12. Iniciativas de Interesse da Sociedade - Projetos Sociais						
		13. Notas Gerais						

Fonte: Instituto Ethos (2007, p. 23).

O Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, do Instituto Ethos (2007, p. 27), embasa que “os indicadores Ethos podem facilitar o processo de elaboração do relatório modelo GRI por apresentar itens relacionados a ele e por adotar uma abordagem de aprendizado, voltada para a reflexão de questões locais de sustentabilidade”.

2.2.5.3 Modelo GRI

Outro modelo apresentado ao mercado é o elaborado pela GRI. Conforme o *site* da *Global Reporting Initiative* (GRI), a GRI é “uma Organização Não-Governamental composta por uma rede *multistakeholders*, foi fundada em 1997 pela CERES e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)”.

O Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 15), reforça que a *Global Reporting Initiative* (GRI) é:

[...] uma organização internacional cujo objetivo é desenvolver e aprimorar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade de forma a permitir que os relatórios de desempenho ambiental, econômico e social de organizações de qualquer porte, setor ou localização geográfica sejam então periódicos e comparáveis quanto os relatórios financeiros. Essa iniciativa existe desde 1997.

A partir dessa perspectiva, a *Global Reporting Initiative* (GRI), pautada nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006, p. 3), afirma que a finalidade de um relatório de sustentabilidade é:

[...] a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. ‘Relatório de sustentabilidade’ é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social etc.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) apresenta uma estrutura de relatório nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade (2006, p. 3), que visa:

[...] servir como um modelo amplamente aceito para elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Leva em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e específico por setor, acordados globalmente por vários *stakeholders*, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização.

O Instituto Ethos, no Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade (2007, p. 15) diz que:

Entre suas recomendações estava à necessidade percebida de uma ferramenta que fosse mais amigável e que pudesse ser mais facilmente harmonizada com outras normas e padrões de responsabilidade social. Percebeu-se também a necessidade de as diretrizes contemplarem melhor o foco em desempenho de seus indicadores, que eram entendidos como muitos e de difícil compilação. As recomendações eram para diminuir o número de indicadores e orientar sua compilação por meio de protocolos de coleta. Os indicadores qualitativos deveriam apresentar mais orientações para aplicação e as organizações deveriam entender melhor como selecionar os itens para divulgação mais relevantes para públicos de interesse.

No Quadro 5, apresenta-se a estrutura básica de Relatório de Sustentabilidade proposta pela *Global Reporting Initiative (GRI 3)*.

Quadro 5 – Estrutura de Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI 3)*.

1. Estratégia e Análise		1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.
		1.2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.
2. Perfil Organizacional		2.1 Nome da organização.
		2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços.
		2.3 Estrutura operacional da organização.
		2.4 Localização da sede da organização.
		2.5 Nº de países em que a organização opera e nome dos países onde tem operações com relevância para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.
		2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade.
		2.7 Mercados atendidos.
		2.8 Porte da organização, incluindo: nº de empregados; vendas líquidas ou receita líquida; capitalização total discriminada em termos de dívida e PL; quantidade de produtos ou serviços oferecidos.
		2.9 Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referente a porte, estrutura ou participação acionária, incluindo localização ou mudanças nas operações, inclusive abertura, fechamento e expansão de unidades operacionais; mudanças na estrutura do capital social e outra formação de capital, manutenção ou alteração nas operações.
		2.10 Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.
3. Parâmetros para o Relatório	Perfil do relatório	3.1 Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.
		3.2 Data do relatório anterior mais recente.
		3.3 Ciclo de emissão de relatórios.
		3.4 Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.
	Escopo e limite do relatório	3.5 Processo para definição do conteúdo do relatório, incluindo determinação da materialidade, priorização de temas dentro do relatório, identificação de quais <i>stakeholders</i> a organização espera que usem o relatório.

		3.6 Limite do relatório.	
		3.7 Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	
		3.8 Base para elaboração do relatório no que se refere a <i>join venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.	
		3.9 Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório.	
		3.10 Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações.	
		3.11 mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	
	Sumário de conteúdo da GRI	3.12 Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	
	Verificação	3.13 Política e prática atual à busca de verificação externa para o relatório. Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o(s) auditor(es).	
	4. Governança, Compromissos e Engajamento	Governança	4.1 Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.
			4.2 Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo.
4.3 Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.			
4.4 Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança.			
4.5 Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização.			
4.6 Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.			
4.7 Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.			
4.8 Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.			
4.9 Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.			
4.10 Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.			

	Compromissos com iniciativas externas	4.11 Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.
		4.12 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente, de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.
		4.13 Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada; considerada estratégica sua atuação como associada.
	Engajamento dos stakeholders	4.14 Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização, como: comunidades, sociedade civil, clientes, acionistas e provedores de capital, fornecedores,. Empregados, outros trabalhadores e seus sindicatos.
		4.15 Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar.
		4.16 Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> , incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de <i>stakeholders</i> .
		4.17 Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e que medidas a organização têm adotado para tratá-los.
5. Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho	Desempenho econômico	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política e outras informações contextuais.
	Desempenho ambiental	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento e outras informações contextuais.
	Desempenho social	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento e outras informações contextuais.
	Direitos humanos	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento e outras informações contextuais.
	Sociedade	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento e outras informações contextuais.
	Responsabilidade pelo produto	Informações sobre a forma de gestão, objetivos e desempenho, política, responsabilidade organizacional, treinamento e conscientização, monitoramento e acompanhamento e outras informações contextuais.

Fonte: Instituto Ethos (2007, p. 36).

Em relação ao relatório de sustentabilidade, Beuren, Domenico e Cordeiro (2013, p. 7), destacam que o relatório de sustentabilidade “[...] proposto pelo GRI contempla as três dimensões de sustentabilidade: dimensão econômica, dimensão ambiental e dimensão social. Estas no seu conjunto são denominadas de *Triple Bottom Line (TBL)*”.

Os modelos de Balanço Social e/ou Relatórios de Sustentabilidade aqui

apresentados contam com pontos particulares, atendendo métodos desde os mais simples e objetivos até modelos de uso internacional e de maior complexidade.

Pode-se observar a aplicação dos métodos simples de elaboração de Balanços Sociais, em contrapartida os métodos de maior complexidade estão ligados a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, que englobam e acrescentam dados apresentados no Balanço Social.

O modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) apresenta menor complexidade em relação aos dados a serem levantados e apresentados, possibilitando maior compreensão dos *stakeholders* e comparabilidade devido ao padrão estabelecido, porém menor abrangência.

O Instituto Ethos apresenta um modelo intermediário para elaboração do Balanço Social. Sofisticando o modelo do Ibase e simplificando o modelo da GRI, o Instituto Ethos “defende a necessidade de os balanços sociais adquirirem credibilidade e consistência comparáveis às dos balanços financeiros”, conforme indicado em O Balanço Social e a Comunicação da Empresa com a Sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 8).

Já o modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), apresenta padrão internacional e amplamente adotado por organizações empresariais no mundo todo, atingindo indicadores não contemplados pelo modelo Ibase.

Reforçando essa afirmação, Carvalho e Siqueira (2007, *apud* BEUREN; DOMENICO; CORDEIRO, 2013, p. 6), dizem que, “por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece as bases para uma maior comparabilidade das informações, além de representar um grande esforço para a harmonização das informações, o que traz mais valor ao relatório”.

Visando adotar um dos modelos como padrão para aplicação dos conceitos neste trabalho, será convencionado o modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (GIL, 2002, p. 17). Para Marconi e Lakatos (2009, p. 43), “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para Gil (2002, p. 17), a pesquisa é:

[...] desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicos e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Na elaboração deste trabalho utilizaram-se os procedimentos e técnicas abaixo indicados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à classificação do objetivo, este estudo foi realizado por meio de pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”.

Quanto à abordagem e análise do problema, o estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois não se busca analisar dados estatísticos, mas buscam-se percepções e entendimentos sobre uma questão específica, conforme exposto nos objetivos do estudo, abrindo espaço para a interpretação.

Com vistas aos procedimentos técnicos, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa para confrontar a visão teórica com os dados da realidade. Para tanto é necessário realizar um delineamento que, segundo Gil (2002, p. 43), refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Para esse trabalho, a pesquisa se dará através de

pesquisa bibliográfica e documental.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para definição dos dados para elaboração do trabalho, há necessidade de discriminar e limitar os dados através do registro da população e amostra. Gil (2002, p. 163), descreve que a população e amostra “envolve informações acerca do universo a ser estudado, da extensão da amostra e da maneira como será selecionada”.

Para o trabalho, a população considerada são as empresas dentre as melhores e maiores listadas na Revista Exame – Edição 2012. A lista conta com uma relação de 1.000 empresas de diversos ramos de atividade, ranqueadas conforme critérios definidos pela revista.

Quanto à amostragem Gil (2002, p. 121) descreve que “os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”.

Prodanov e Freitas (2012, p. 98) definem que amostra é “parte da população ou universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano. Refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população”.

O trabalho que tem como população um número de 1.000 empresas. Por sua vez, o campo de amostragem compreende as 100 primeiras empresas dentre as Melhores e Maiores listadas na Revista Exame – Edição 2012, julgado ser um número representativo das empresas desse rol.

3.3 CONSTRUTO DA PESQUISA

No Quadro 6 apresenta-se o construto da pesquisa, elaborado a partir do referencial teórico abordado.

Quadro 6 - Construto da pesquisa

Categorias de análise	Descrição
Temas abordados	Responsabilidade Social
	Balanço Social
	Modelos de Balanço Social
Disposição dos dados	Forma de apresentação dos elementos do Balanço Social
Modelo estrutural	Modelo de Balanço Social Ibase

Fonte: Elaboração própria

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta dos dados é a visita aos *sites* das empresas, em busca das publicações contidas nos canais de sustentabilidade. Martins e Theóphilo (2007, p.6) solidificam que a internet pode também facilitar o acesso a diversas bases de dados, de bibliotecas, congressos e periódicos nacionais e internacionais.

3.5 FORMA DE ANÁLISE DE DADOS

Procurando entender as informações coletadas realizou-se análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada uma técnica para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005, p.15). Puglisi e Franco (2005, p.24) enfatizam que a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tratados e analisados com base na tabulação dos dados. Para Lakatos e Marconi (2003, p.167) tabulação é:

[...] a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. Dessa forma, poderão ser melhor compreendidos e interpretados mais rapidamente.

Através dos tratamentos aplicados aos dados e obtidos os resultados, os dados foram analisados e interpretados, estes procedimentos para Lakatos e Marconi (2003) constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se as análises dos dados coletados nos *sites* das 100 Melhores e Maiores empresas listadas na Revista Exame – edição 2012, visando o levantamento de informações para amparar a pesquisa aplicada neste trabalho. Além da descrição dos dados, é realizada uma identificação do padrão de apresentação dos Balanços Sociais e/ou Relatório de Sustentabilidade.

4.1 AS EMPRESAS DENTRE AS MELHORES & MAIORES LISTADAS NA REVISTA EXAME, EDIÇÃO 2012, QUE APRESENTAM BALANÇO SOCIAL

Desde 1974, anualmente a Editora Abril, através da Revista Exame, publica a edição das Melhores & Maiores, que “celebra a excelência das empresas instaladas no país” (Melhores & Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil, 2013, p. 12).

Devido à economia brasileira volátil, com anos de crescimento esplendoroso seguidos por crises econômicas, os administradores tendem a desenvolver como uma das principais características a capacidade de adaptação.

Esse ponto vista ficou explícito na Revista Exame Melhores & Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil (2013, p.12), que com:

[...] o sobe e desce da economia brasileira nestas quatro décadas tem sido frenético. Nesse sentido, o Brasil serviu como um formidável campo de teste para o empresariado e o corpo executivo do país. Por isso fazemos questão de mostrar quais são as melhores empresas do país – e, entre elas, a que se destaca como a Empresa do Ano de MELHORES E MAIORES. E temos orgulho de saber que não há prestígio maior no mundo corporativo brasileiro do que merecer essa premiação.

Para candidatar-se a participar da Edição da Revista Exame Melhores & Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil, os organizadores estabelecem critérios.

Como critério básico, realizam a avaliação dos dados de aproximadamente 3000 empresas, além dos maiores grupos privados do país. O conjunto compreende as empresas que publicaram as demonstrações financeiras do Diário Oficial até maio de 2013. Incluem-se ainda as empresas limitadas que enviaram as

demonstrações financeiras para análise e empresas de porte significativo e de marcas conhecidas no país.

A publicação visa analisar o desempenho financeiro das empresas, dando alusão às práticas administrativas financeiras adotadas para atingir metas de crescimento e fortalecimento econômico das mesmas. Para melhor demonstrar essa política, a Revista Exame em sua publicação das Melhores & Maiores: As 1000 Maiores Empresas do Brasil (2013, p. 316), classifica as empresas que constam na edição e que se enquadram nos critérios:

- 1 – Ser um das 1000 maiores empresas privadas ou estatais do país, o que implica ter um faturamento anual superior a 178,2 milhões de dólares.
- 2 – Ser uma das 50 maiores empresas privadas, uma das 50 maiores empresas estatais, uma das 50 maiores empresas do mundo digital, um dos 50 maiores bancos, uma das 50 maiores seguradoras, uma das 100 que mais investem na manutenção e na expansão das atividades ou um dos 100 maiores bancos da América Latina.
- 3 – Ser uma das 50 maiores indústrias, 50 maiores do comércio, 50 maiores de serviços e 50 maiores exportadoras.
- 4 – Ser uma das dez maiores ou das 15 melhores empresas de seu respectivo setor.
- 5 – Ser um dos 200 maiores grupos do Brasil ou um dos 200 maiores grupos da América Latina.
- 6 – Ser uma das 100 maiores empresas das regiões Centro-Oeste, Norte-Nordeste e Sul.

Esses critérios, somados aos métodos contábeis financeiros de análise, tentam de forma transparente listar as melhores. No Apêndice “A” listam-se as empresas dentre as Melhores & Maiores listadas na Revista Exame, edição 2012, que apresentaram Balanço Social.

4.2 TEMAS ABORDADOS NO BALANÇO SOCIAL PUBLICADO

Analisando os dados apresentados nos Balanços Sociais e/ou Relatórios de Sustentabilidade, constatou-se a preocupação das organizações em enfatizar os serviços prestados a sociedade e mensurar os impactos causados pelas atividades nos campos: econômico, social e ambiental.

No desempenho econômico, a empresa apresenta aos leitores o resultado financeiro das atividades anuais da empresa e tenta demonstrar se a atividade da

empresa no ambiente onde está inserida causa impacto econômico-financeiro na vida dos *stakeholders* internos e externos. Essas informações serão apresentadas respondendo-se os seguintes itens: receitas líquidas, desempenho econômico, presença de mercado e os principais impactos econômicos indiretos da organização sobre a sociedade como um todo.

Socialmente a empresa é importante ao sistema em que atua, seja direta ou indiretamente. Estas informações podem ser apresentadas através de informações de benefícios aos *stakeholders* internos, como auxílio a educação, cultura, segurança alimentar, apresentação das práticas trabalhistas, questão de direitos humanos, forma de gestão referente à corrupção, concorrência desleal, informações dos produtos entre outros itens, e aos *stakeholders* externos, concedendo além dos itens listados aos funcionários, outros como auxílio a saúde e saneamento, esportes e políticas públicas.

Já no quesito ambiental, as empresas demonstraram os impactos da organização sobre sistemas vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água, conforme descrito nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI (2006, p. 27). Não somente os impactos serão apresentados, mais também as políticas de investimentos visando à redução da degradação causada por sua atividade e de incentivo a políticas públicas voltadas à área ambiental.

Observou-se que as empresas utilizam ferramentas computacionais e gráficas na elaboração dos Balanços Sociais e/ou Relatório de Sustentabilidade, aguçando visualmente o interesse dos *stakeholders* na leitura das informações contidas.

4.3 MODELO ESTRUTURAL DO BALANÇO SOCIAL PUBLICADO

Após análise e tabulação das informações contidas no Quadro 7, averiguou-se a utilização do modelo estrutural da GRI na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade. Em função disso, abarcam-se informações sobre o Relatório de Sustentabilidade proposto pela GRI.

No Quadro 7 encontra-se a estrutura básica de informações para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

Quadro 7 – Estrutura básica do Relatório de Sustentabilidade da GRI

Perfil	Desempenho organizacional	Estratégia; perfil e governança
Informações sobre a Forma de Gestão		Dados cujo objetivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica.
Dimensão Econômica	Desempenho econômico; presença de mercado; e impactos econômicos diretos.	Clientes; fornecedores; funcionários; investidores; setor público
Dimensão Ambiental	Impactos ambientais	Materiais; energia; água; biodiversidade; emissões e resíduos; fornecedores; produtos e serviços; adequação à legislação; transporte
Dimensão Social	Práticas trabalhistas	Emprego; relações com funcionários; saúde e segurança ;treinamento e educação; diversidade e oportunidade.
	Direitos humanos	Estratégia e gestão; não discriminação; liberdade de associação e de negociação coletiva; trabalho infantil; trabalho forçado e compulsório; procedimentos disciplinares; procedimentos de segurança; direitos indígenas
	Sociedade	Comunidade; suborno e corrupção; contribuições políticas; competição e políticas de preços.
	Responsabilidade sobre os produtos e serviços	Saúde e segurança dos consumidores; produtos e serviços; propaganda; respeito à privacidade.

Fonte: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI (2006, p. 17); Beuren, Domenico, Cordeiro (2013, p. 6).

Ao elaborar o Relatório de Sustentabilidade, a empresa relatora deve primar pela qualidade das informações prestadas, para a efetivação deste quesito a empresa deve seguir alguns princípios como destacado nas diretrizes da GRI.

- a) Equilíbrio para que as informações reflitam os aspectos positivos e negativos;
- b) Comparabilidade possibilitando a comparação de períodos diferentes ou até mesmo de organizações diferentes;
- c) Exatidão informações precisas e detalhadas;
- d) Periodicidade relatório publicado regularmente;
- e) Clareza informações compreensíveis e acessíveis, e
- f) Confiabilidade as informações prestadas devem possibilitar sua revisão e estabelecendo a sua qualidade e materialidade.

Reforçando a idéia de utilização do modelo GRI, que orienta a apresentação do relatório de sustentabilidade em substituição ao Balanço Social, visto que o relatório de sustentabilidade englobar os dados apresentados pelo Balanço Social e notadamente dispor de informações complementares.

Na elaboração do relatório de sustentabilidade, “os relatores devem declarar o

nível em que foi aplicada a Estrutura de Relatórios da GRI por meio do sistema de Níveis de Aplicação” (Níveis de Aplicação da GRI, 2005, p. 1).

Informar os níveis de relatórios proporciona aos *stakeholders* a possibilidade de medir até que ponto o relatório atende aos elementos das Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade e aos relatores uma forma de demonstrar o nível de evolução das demonstrações de sustentabilidade.

Os critérios de níveis de estrutura aplicados abrangem publicações de relatores iniciantes, intermediários e avançados. A comunicação do nível de aplicação da GRI, conta com três níveis básicos, sendo C, B e A, enquadrados para os relatos de iniciantes, intermediários e avançados, respectivamente.

Conforme a publicação dos Níveis de Aplicação da GRI (2005, p. 1), uma organização auto-declara um nível de relato baseado em:

[...] sua própria avaliação do conteúdo de seu relatório...

Além da autodeclaração, as organizações poderão escolher uma ou ambas as opções a seguir:

- Obter um parecer a respeito da autodeclaração;
- Solicitar à GRI que examine a autodeclaração.

No Quadro 8, demonstram-se os critérios para os níveis de aplicação da GRI.

Quadro 8 – Critérios para os Níveis de Aplicação da *Global Reporting Initiative (GRI)*

Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 Resultado	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o Nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 Resultado	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial Resultado	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	
*Suplemento setorial em sua versão final.							

Fonte: Níveis de Aplicação da GRI (2005, p. 2).

Além dos níveis C, B e A, podem ser declarados os níveis de aplicação: C+, B+ e A+. Para atingir este nível, os relatórios devem, além de seguir as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI, passar por verificação externa.

Findando a elaboração do relatório, os relatores têm adotado a ferramenta de verificação, visando aumentar a credibilidade dos relatórios. Nesse sentido, as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade GRI (2006, p. 39), relatam que:

Variadas abordagens são usadas atualmente pelos responsáveis pela elaboração de relatórios para implementar a verificação externa, incluindo o uso de empresas especializadas, comitês constituídos por *stakeholders* e outros grupos ou indivíduos externos. No entanto, seja qual for a escolha, a verificação deverá ser conduzida por grupos ou indivíduos externos à organização, que sejam competentes e obedeçam a normas profissionais de verificação, ou envolver abordagens que sigam processos sistemáticos, documentados e comprovados, mas não dirigidos por uma norma específica.

Os procedimentos aqui apresentados devem ser aplicados entendendo gerarem um relatório integro, de material consistente, confiável e que possibilite aos interessados uma análise e acompanhamento das políticas de sustentabilidade aplicadas pela empresa num determinado período de tempo.

Os relatórios de sustentabilidade devem apresentar fatos verídicos que ocorrem e os que estão em plena atividade no ambiente onde se encontra instalada a empresa. Uma das formas aplicadas é a anexação de fotos o que colabora para tornar os relatórios apresentáveis do ponto de vista estético.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Buscando a identificação do modelo estrutural aplicado na elaboração do Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) relacionar as 100 primeiras empresas listadas na edição das Melhores e Maiores Empresas da Revista Exame – Edição 2012;
- b) visitar o *site* das 100 empresas relacionadas;
- c) identificar a elaboração e publicação do Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade;
- d) caso positivo, definir o modelo estrutural aplicado na elaboração; e
- e) caso o modelo seja da GRI, identificar o nível aplicado no relatório.

Conforme tabulação dos dados levantados foi identificada a propensão apresentada no Quadro 9.

Quadro 9 – Empresas que elaboram o Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade

Níveis de Aplicação	Qtde.	Modelo	
A	2	68	Modelo GRI
B	22		
C	4		
A+	18		
B+	7		
C+	1		
snd	14		
smd	12	12	
s/b/r	20	20	

Legenda
snd Sem Nível Definido
smd Sem Modelo Definido
s/b/r Sem Balanço Social e Rel. de Sust.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme resultado apresentado no Quadro 9, observa-se que no grupo de empresas analisadas, o percentual de empresas que apresentam Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade é igual a 80% (68%+12%), somando as empresas que utilizam algum dos modelos apresentados neste trabalho e as empresas que aplicam modelos próprios, não definidos.

O percentual de 80% correspondente a 80 das 100 empresas pesquisadas que apresentam o Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade. Observou-se que, 85% (68 empresas) delas utilizam o modelo proposto pela *Global Reporting Initiative (GRI)*. O restante de 15% (12 empresas) aplicaram modelos não comparáveis com os apresentados neste trabalho.

Os demais 20%, do total das empresas pesquisadas, não publicaram em seus *sites* ou não elaboraram o Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade. Contudo, algumas destas empresas apresentaram participação ou parcerias com projetos sociais próprios ou de terceiros, demonstrando o comprometimento com a questão socioambiental do meio onde estão inseridas.

A partir desse levantamento, houve a possibilidade de realizar uma análise, identificando e sumarizando a aplicação dos níveis de aplicação propostos pela GRI. Na Figura 2 estão representadas as concentrações de demonstrações elaboradas pelo modelo da GRI de acordo com o nível aplicado.

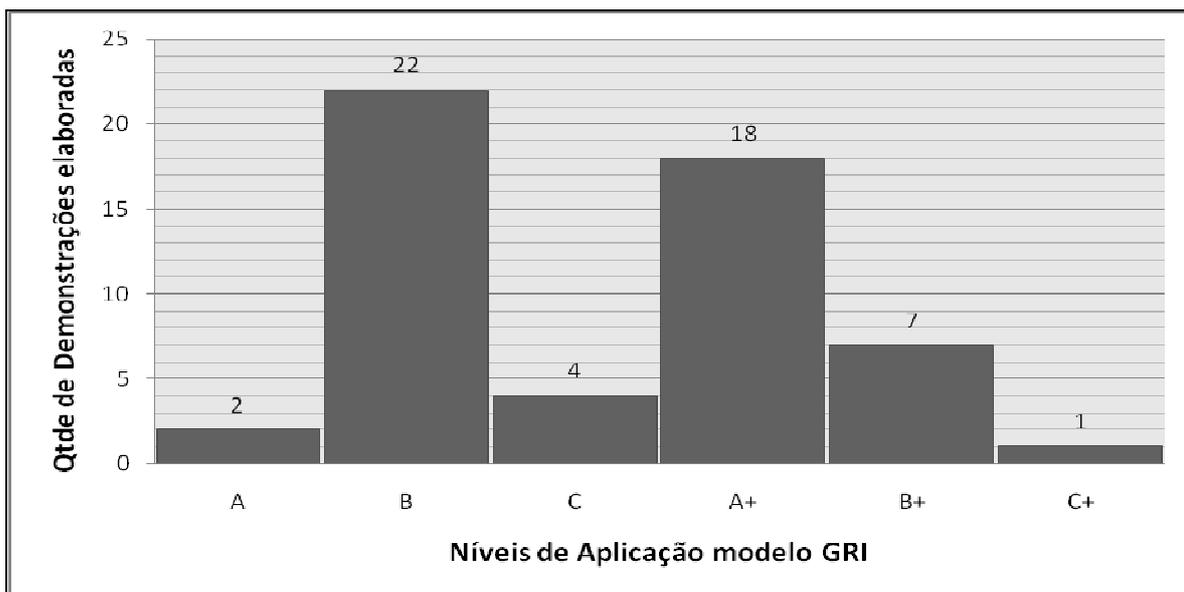


Figura 2 - Quantidade por Nível de Aplicação do modelo da GRI

Fonte: Elaboração própria.

Examinando a Figura 2, constata-se que o nível de aplicação definido pelas empresas para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, estão concentrados no nível B, seguido pelo nível A+. O nível B agrupa informações obrigatórias para enquadramento do relatório no nível C, além de respostas de no mínimo de 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões da pesquisa, interpretando as informações levantadas com base no referencial teórico. Além disso, apontam-se recomendações para futuras pesquisas sobre o tema.

5.1 CONCLUSÕES

A sustentabilidade apresenta conceitos diversos, porém no mesmo sentido. A sustentabilidade é a capacidade de produzir com menos visando a disponibilidade de recursos no futuro. Cada vez mais empresas estão se conscientizando sobre o tema e buscando maneiras de adequar suas necessidades produtivas e administrativas aos anseios da redução consciente de recursos naturais.

A partir da tabulação efetuada com as 100 primeiras empresas listadas na edição das Melhores e Maiores Empresas da Revista Exame – Edição 2012, foram identificadas as empresas que emitiram o Balanço Social e/ou Relatório de Sustentabilidade, visando demonstrar aos *stakeholders* o grau de comprometimento das empresas com o ambiente onde se encontram inseridas.

O consenso que se busca é na forma mais adequada de apresentar os dados referentes ao esforço empregado para esse fim. Neste trabalho, constatou-se que a contabilidade apresentou um demonstrativo para retratar as operações sustentáveis. A forma mais popular de apresentação dos dados está sendo através do Relatório de Sustentabilidade proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI).

Com os números levantados, ficou nítido que um grande percentual de empresas, de setores de atuação diversos, estão propensas a elaborar o Relatório de Sustentabilidade. Por serem empresas com grande capacidade de faturamento, atuando no mercado interno e mercado externo, existe uma complacência na utilização do modelo da GRI, considerado como o modelo padrão internacional.

Verificou-se que um grande número de empresas já adequa seus relatórios aos mais altos níveis de aplicação e submete-os a auditoria de instituições credenciadas dando aval à declaração de nível A+, B+ e C+. Este fato denota

preocupação das empresas em apresentar de forma mais detalhada e completa os fatos socioambientais decorrentes de suas atividades no meio onde estão inseridas.

Do exposto, conclui-se que, no grupo de empresas da amostra pesquisada, o percentual de empresas que elaboram o Balanço Social e/ou o Relatório de Sustentabilidade é expressivo, ainda mais que 52% das empresas investigadas são nacionais. Fato este que introduz as empresas brasileiras no patamar internacional de publicação de relatórios de sustentabilidade.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Devido a gradual inserção do assunto na vida das pessoas físicas, consumidores, entre outros interessados, as empresas apresentam soluções para sanar o anseio destes grupos, referente as informações da maneira como essas empresas estão cuidando do meio ambiente e a sociedade ao seu redor. Tal medida serve de incentivo para as empresas disponibilizarem mais recursos na execução do levantamento e apresentação dos dados. Isto porque o seu mercado consumidor está se tornando mais consciente e abraçando a causa da sustentabilidade.

Em vista das limitações do presente estudo, recomenda-se que esta pesquisa seja replicada para companhias que não negociam suas ações na BM&FBovespa. O intuito é verificar se companhias de capital fechado tem preocupações semelhantes as identificadas neste estudo. Outra sugestão é realizar uma pesquisa que tenha como parâmetro de análise outros modelos de evidenciação da responsabilidade social e ambiental das empresas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Joana Paula Avelino da Silva. **O Balanço Social como condição necessária ao crescimento sustentável das empresas**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Lourenço Filho, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-joana-paula.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BEUREN, I. M.; DOMENICO, D. D.; CORDEIRO, A. Análise de indicadores do environmental management accounting evidenciados no Global Reporting Initiative. **RGO. Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2013.

BITARELLO, Jucelaine. **Balanço Social: um enfoque sobre sua evolução e utilização no panorama brasileiro**. Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Balanço Social: a posição da CVM**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/Publ_400.asp>. Acesso em: 24 out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais da Contabilidade**. Disponível em <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. de S. Evolução e Estrutura do Balanço Social no Brasil e Países Selecionados: um Estudo Empírico. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 136-152, maio/ago, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_640.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

EXAME. Melhores & Maiores: as 1000 maiores empresas do Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, n. 1044E, jul. 2013.

GESET. **Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa**. Relato Social n.º 2, AS/GESET, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRI. **Níveis de Aplicação da GRI**, 2005. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Application-Levels.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 24 out. 2013.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **O Balanço Social e a comunicação da empresa com a sociedade**. 6 ed. São Paulo, 2007.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia para elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. São Paulo, 2007.

JESUS, Marcelo Chaves de. **A mensuração do resultado econômico e a economia solidária: a demonstração de resultados frente às novas realidades econômicas e sociais**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LANA, C. A. M.; BERNARDO, D. C. dos R.; NAZARETH, L. G. C; MENDONÇA, F. M. Um estudo das ações para divulgar e consolidar o Balanço Social no Brasil. **RGO. Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 2, p. 311-329, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/issue/view/87>>. Acesso em: 24 out. 2013.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

MOURA, Miriam Nóbrega de. **O Balanço Social e o Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992

SOUZA, D. C. de; KUHL, M. R.; PACHECO, V. Balanço Social: uma análise comparativa entre os objetivos propostos na literatura e a realidade empírica. **Revista Capital Científico**, v. 7, n. 1, p. 99-113, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/735>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço social, dez anos: o desafio da**

transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Roberto Fonseca. A Iniciativa Privada no Contexto Social: Exercício de Cidadania e Responsabilidade Social. **RP em Revista – Relações Públicas**, Ano 5, n. 22, p. 26-42, maio, 2007. Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/revista/a_iniciativa_privada_no_contexto_social3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

WISSMANN, Martin Airton. **Responsabilidade Social & Balanço Social.** Cascavel: UNIVEL, 2007.

ANEXOS

ANEXO A
Modelo de Balanço Social - IBASE

Balço Social Anual / 20XX

Empresa:

1 - Base de Cálculo		20XX Valor (Mil reais)			20XX-1 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		0			0		
Resultado operacional (RO)		0			0		
Folha de pagamento bruta (FPB)		0			0		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		20XX			20XX-1		
Nº de empregados(as) ao final do período		0			0		
Nº de admissões durante o período		0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0			0		
Nº de estagiários(as)		0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		0			0		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,00%			0,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		20XX Valor (Mil reais)			Metas 20XX+1		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		0			0		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 20XX:			Em 20XX-1:		
		% governo _____ % colaboradores(as)			% governo _____ % colaboradores(as)		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		% acionistas _____ % terceiros _____ % retido			% acionistas _____ % terceiros _____ % retido		
7 - Outras Informações		0					

APÊNDICES

APÊNDICE A

Relação das 100 primeiras empresas do ranking Melhores & Maiores. As 1000
Maiores Empresas do Brasil da Revista Exame – Edição 2012.

Relação das 100 primeiras empresas da relação das MEHORES & MAIORES AS 1000 MAIORES EMPRESAS DO BRASIL da Revista Exame - Edição 2012

Classif.	Razão Social/Nome Fantasia	Setor	Controle	Vendas em 2012 (em US\$ milhões)	BS e/ou RS		Modelo			Outros	Nível
					Sim	Não	Ibase	Ethos	GRI		
1	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	Energia	Brasil	109.713,3	X		X		X		snd
2	Petrobras Distribuidora S.A.	Atacado	Brasil	39.024,5	X		X		X		snd
3	Vale S/A	Mineração	Brasil	28.989,4	X				X		A+
4	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	Atacado	Brasil	23.596,6		X					s/b/r
5	Volkswagen do Brasil Ind.Veiculos Aut. Ltda	Autoindústria	Alemanha	13.441,0	X				X		A+
6	Cargill Agrícola S.A.	Bens de Cons.	EUA	11.914,9		X					s/b/r
7	Fiat Automóveis S/A	Autoindústria	Itália	11.708,8	X				X		A+
8	Vivo S.A	Telecom.	Espanha	11.484,4	X				X		A+
9	Raízen Combustíveis S.A	Atacado	Anglo-holandesa	11.176,0		X					s/b/r
10	Bunge Alimentos S.A.	Bens de Consumo	Holanda	11.099,4	X				X		A+
11	Braskem S.A	Quím. e Petroquím.	Brasil	10.416,0	X				X		A+
12	Companhia Brasileira de Distribuição	Varejo	Franco-brasileira	9.617,2	X		X		X		B+
13	Tim Celular S.A.	Telecom.	Itália	9.096,0	X		X		X		B+
14	JBS S/A	Bens de Cons.	Brasil	8.281,4		X					s/b/r
15	Nova Casa Bahia S/A.	Varejo	Brasil	8.015,2		X					s/b/r
16	General Motors do Brasil Ltda.	Autoindústria	EUA	7.314,4	X				X		Snd
17	BRF - Brasil Foods S/A	Bens de Cons.	Brasil	7.193,8	X		X		X		Snd
18	Wal-Mart Brasil Ltda	Varejo	EUA	7.193,2	X				X		B
19	Empresa Bras. de Correios e Telégrafos - ECT	Serviços	Brasil	7.052,1		X					s/b/r
20	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	Varejo	França	7.016,5		X					s/b/r
21	Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	Bens de Cons.	Bélgica	6.584,7							B
22	TAM - Linhas Aéreas S.A	Transporte	Brasil	6.511,7	X				X		Snd
23	Telefônica Brasil S/A	Telecom.	Espanha	6.503,4	X				X		A+
24	ArcelorMittal Brasil S/A	Sider. e Met.	Anglo-indiano	6.448,6	X				X		B
25	Telemar Norte Leste S/A	Telecom.	Brasil	6.034,4	X				X		B

26	Atacadão Distribuição Comércio e Indústria Ltda	Varejo	França	5.805,0	X			s/b/r
27	CLARO S/A	Telecom.	México	5.765,1	X		X	B
28	Usinas Sid. de Minas Gerais S/A - Usiminas	Sider. e Met.	Japão	5.761,8	X	X	X	B
29	Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	Atacado	Brasil	5.526,6	X		X	B
30	TNL PCS S.A.	Telecom.	Brasil	5.463,3	X		X	B
31	ADM do Brasil Ltda	Prod. Agrop.	EUA	5.440,0	X		X	Snd
32	Cia. San. Básico do Estado de São Paulo-Sabesp	Serviços	Brasil	5.420,2	X	X	X	B
33	Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda	Eletroeletrônico	Coreia do Sul	5.414,9	X		X	Snd
34	CRBS S/A	Bens de Cons.	Bélgica	5.410,0	X			s/b/r
35	Ford Motor Company Brasil Ltda	Autoindústria	EUA	5.406,3	X			s/b/r
36	Companhia Siderúrgica Nacional	Sider. e Met.	Brasil	5.371,2	X		X	Smd
37	Embraer S.A	Autoindústria	Pulverizado	5.164,1	X	X	X	B
38	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	Telecom.	México	5.113,6	X			s/b/r
39	Eletropaulo Metropolitana Elet. de São Paulo S.A.	Energia	Americo-brasileira	5.027,3	X		X	B
40	Mercedes-Benz do Brasil Ltda	Autoindústria	Alemanha	4.889,6	X		X	Snd
41	Coop de Prod de Cana-Açúcar, Açúcar e Álcool Est SP	Energia	Brasil	4.887,5	X		X	B+
42	Renault do Brasil S.A.	Autoindústria	França	4.822,7	X		X	B
43	Cemig Distribuição S.A.	Energia	Brasil	4.797,4	X	X	X	A+
44	Toyota do Brasil Ltda	Autoindústria	Japão	4.770,6	X		X	B
45	Globo Comunicação e Participações S.A.	Comunicações	Brasil	4.757,7	X			s/b/r
46	Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A	Prod. Agrop.	França	4.740,7	X		X	Smd
47	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	Ind. da Const.	Brasil	4.696,4	X		X	Smd
48	ALESAT Combustíveis S.A	Atacado	Brasil	4.524,4	X			s/b/r
49	Gerdau Aços Longos S.A.	Sider. e Metal.	Brasil	4.156,3	X		X	Smd
50	Amil Assistência Médica Internacional S/A	Serviços	EUA	4.052,1	X		X	A
51	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Energia	Brasil	3.848,3	X	X	X	Snd
52	Itaipu Binacional	Energia	Brasil	3.797,9	X		X	A+
53	MAN Latin America Ind. e Com. de Veículos Ltda.	Autoindústria	Alemanha	3.736,4	X			s/b/r
54	VRG Linhas Aéreas S/A	Transporte	Brasil	3.623,4	X		X	B+
55	Oi S/A	Telecom.	Brasil	3.542,1	X		X	B

56	Light Serviços de Eletricidade S.A.	Energia	Brasil	3.529,3	X	X	X	A
57	Lojas Americanas S.A.	Varejo	Brasil	3.457,7	X		X	B
58	Unilever Brasil Ltda	Bens de Cons.	Anglo-holandesa	3.432,5	X		X	A+
59	Coamo Agroindustrial Cooperativa	Prod. Agrop.	Brasil	3.395,8	X		X	Smd
60	Magazine Luiza S.A.	Varejo	Brasil	3.391,9	X		X	C+
61	Samarco Mineração S.A.	Mineração	Brasílio-australiano	3.306,2	X		X	A+
62	Basf S.A.	Quím. e Petroquím.	Alemanha	3.302,8	X		X	A+
63	Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	Energia	Brasil	3.290,2	X		X	C
64	General Electric do Brasil Ltda.	Eletroelet.	EUA	3.271,0	X			s/b/r
65	Whirlpool S.A	Eletroelet.	EUA	3.199,2	X		X	B+
66	Honda Automóveis do Brasil Ltda	Autoindústria	Japão	3.185,9	X		X	Smd
67	Moto Honda da Amazônia Ltda.	Autoindústria	Japão	3.173,0	X		X	Smd
68	Natura Cosméticos S.A.	Bens de Cons.	Brasil	3.154,5	X		X	Snd
69	Makro Atacadista S.A.	Atacado	Holanda	3.111,8	X			s/b/r
70	Souza Cruz S.A	Bens de Cons.	Reino Unido	3.071,9	X		X	Snd
71	Cia. Hidro Elétrica do São Franscisco - Chesf	Energia	Brasil	3.026,7	X		X	B
72	Cencosud Brasil Comercial Ltda	Varejo	Chile	2.989,7	X		X	Snd
73	Copel Distribuição S.A.	Energia	Brasil	2.974,3	X	X	X	A+
74	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	Energia	Brasil	2.934,6		X	X	C
75	Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda	Autoindústria	França	2.854,7	X			s/b/r
76	Amaggi Exportação e Importação Ltda	Atacado	Brasil	2.853,3	X	X	X	B
77	Votorantim Cimentos S.A.	Ind. da Const.	Brasil	2.827,9		X	X	B
78	Bayer S/A	Quím. e Petroquím.	Alemanha	2.774,3	X			s/b/r
79	Petrobrás Transporte SA.	Transporte	Brasil	2.696,7	X	X	X	Snd
80	Fertilizantes Heringer S.A.	Quím. e Petroquím.	Brasil	2.679,1	X		X	C
81	Companhia de Gás de São Paulo- Comgás	Energia	Brasil	2.665,0	X	X	X	C
82	Raízen Energia S/A	Energia	Brasil	2.649,8	X		X	B+
83	CNH Latin América Ltda	Autoindústria	Itália	2.628,7	X		X	Snd
84	Gerdau Açominas S.A.	Sider. e Metal.	Brasil	2.603,7	X		X	Smd

85	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda		Suíça	2.577,3	X		X		A+
86	Transportadora Associada de Gás S/A	Transporte	Brasil	2.565,3		X			s/b/r
87	Nextel Telecomunicações Ltda	Telecom.	EUA	2.549,9	X			X	Smd
88	Cielo S/A	Serviços	Brasil	2.528,3	X		X		B+
89	Suzano Papel e Celulose S.A.	Papel e Celulose	Brasil	2.516,6	X		X		B
90	Via Varejo S.A	Varejo	Brasil	2.478,9		X			s/b/r
91	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	Ind. da Const.	Brasil	2.414,3	X			X	Smd
92	Bunge Fertilizantes S.A. e Controladas	Quím. e Petroquím.	Holanda	2.398,3	X		X		A+
93	Procter & Gamble Industrial e Comercial Ltda	Bens de Consumo	EUA	2.366,3	X			X	Smd
94	Paranapanema S.A.	Sider. e Metal.	Brasil	2.356,5	X			X	Smd
95	CEMIG - Geração e Transmissão S/A	Energia	Brasil	2.342,2	X		X	X	A+
96	Nestlé Brasil Ltda	Bens de Consumo	Suíça	2.322,0	X		X		A+
97	Marfrig Alimentos S/A	Bens de Consumo	Brasil	2.292,2	X		X		B
98	Braskem Qpar S.A	Quím. e Petroquím.	Brasil	2.280,6	X		X		A+
99	Centrais Elét. do Norte do Brasil S.A. Eletronorte	Energia	Brasil	2.261,2	X		X		B
100	B2W- Companhia Global do Varejo	Varejo	Brasil	2.237,8	X		X		B